

VEJA E DITADURA: A MEMÓRIA DOS MILITARES REFAZ A HISTÓRIA

Carla Luciana Souza da Silva¹.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Brasil

E-mail: carlalusi@gmail.com

Recibido: 3 Septiembre 2012 / Revisado: 20 Octubre 2012 / Aceptado: 4 Febrero 2013 / Publicación Online: 15 Junio 2013

Resumen: O objetivo desse texto é investigar como a revista *Veja* tem tratado a temática da Ditadura no período de consolidação da democracia brasileira, mais propriamente, o período de afirmação do neoliberalismo. Interessa saber quais são as principais temáticas e qual abordagem da revista sobre o tema, enfocando a interpretação sobre o que foi a Ditadura, porque existiu, e como se relacionar com esse passado. Em vários momentos a revista se coloca como interpretando a história vivida, no momento da ditadura, julgando o que para ela foram seus acertos e apontando alguns (poucos) erros. Ou seja, no campo da memória, produz interpretações sobre aquele momento histórico, sem qualquer preocupação com a sua postura tomada quando dos próprios fatos, pois *Veja* existiu desde 1968. Uma das características de *Veja* para promover a perda da noção histórica é a produção de textos jornalísticos que promovem suaves rupturas com o passado, não busca ligações entre o que foi dito pela própria revista no passado e que o diz no presente, é como se, de fato, o seu próprio passado não tivesse ocorrido. A voz privilegiada nas matérias analisadas é claramente a voz militar, que tem seu discurso reberverado e repetido inúmeras vezes na revista, assim como sua versão sobre a “Revolução”, em oposição à ideia de Golpe de 1964.

Palabras-clave: imprensa e ditadura, imprensa e memoria, ditabranda.

Introdução.

O objeto desse artigo é a posição editorial da revista *Veja*¹ nos anos 1990 e 2000, auge da construção da hegemonia neoliberal no Brasil, (Silva, 2010), na construção de uma dada memória coletiva sobre o que se diz e o que se pensa sobre a Ditadura brasileira. *Veja* é problematizada como a principal revista de notícias do Brasil e que tem um papel relevante na história política recente do país, representando sempre seus interesses de classe. Possui uma unidade editorial que nos permite tratá-la como um todo configurado na expressão “*Veja*”. Sua relação com o passado da Ditadura está relacionada com uma postura de ataque aos movimentos sociais e negação da luta de classes. É como se a esquerda aparecesse sempre como impostora na história, que existindo e tendo ideias forçaria a repressão, o endurecimento e os “regimes de exceção”.

Estudos têm mostrado que a imprensa, de um modo geral, tem assumido papel relevante nos processos de transição das ditaduras para as democracias, seja na construção de uma linguagem da democracia, seja na ampliação de sua base social. (Torres, p. 24). Ou seja, delimita o campo discursivo no qual pode-se falar em democracia, que passa a se chocar com o de revolução, por exemplo. Com isso, vai criando uma base de apoio. Não vivemos uma “inflação memorial” como diagnostica Josefina Cuesta falando da Espanha: “uma inflação em que se mesclam e redesenham as realidades e os conceitos” (Cuesta, 2008, 12). No Brasil, a

reelaboração da memória sobre o que foi a ditadura é mais lenta e controlada, o que nos coloca o alerta para os riscos de que antes mesmo que essa história seja conhecida já seja reescrita. Isso se deve, provavelmente à forma como a Ditadura construiu-se e se sustentou, e o apoio da grande imprensa nesse sentido nos parece inestimável. Antes que saibamos o que a imprensa disse durante o ocorrido (no passado), qual foi sua atuação real diante dos acontecimentos, ela já escreve “sobre a história” apresentando sua versão atualizada dos fatos que assume ares de nova verdade.

Os anos 1990 foram anos de grande euforia em *Veja*, em que conseguiu se consolidar plenamente como uma revista que tem peso na pauta política nacional. Não estava mais em questão a abertura política, e sim o projeto econômico e social a seguir. A revista acompanhou e fez campanhas efusivas no sentido de construir candidatos neoliberais. Mais que candidatos, seu eixo foi sempre construir um programa conjunto que ajudasse a unificar a direita dando rumos à sua atuação. Paralelamente a isso, promovia a desconstrução discursiva da esquerda, a criminalização dos movimentos sociais e a permanente descaracterização de qualquer possibilidade de projeto alternativo. *Veja* comprou e vendeu a ideia de que “não há alternativas”, que o capitalismo venceu e que portanto, qualquer outro projeto de esquerda remontaria a um passado de trevas, seja porque a esquerda era mostrada como “totalitária” seja porque a história mostrava (sempre segundo sua interpretação), que a esquerda organizada geraria uma contra-revolução e que isso seria possível evitar, não apoiando a esquerda. Nesse contexto é que veremos as produções discursivas de *Veja* sobre o que foi a Ditadura brasileira.

Vamos nos centrar no papel que a revista *Veja* tem tido para criar uma memória pública sobre o que foi a Ditadura. A pesquisa se refere ao período dos anos 1990 e 2000. Partimos da constatação de que há uma operação de diminuição da importância histórica da Ditadura brasileira na memória nacional. Esse processo tem a imprensa como seu grande difusor, e pode ser visto não apenas em jornais e revistas, mas em programas televisivos e outras mídias. Um exemplo disso foi um editorial do jornal *Folha de São Paulo*, que deu a entender que no Brasil teria ocorrido uma “ditabranda” e não uma ditadura.² A investigação busca perceber se há

de fato um processo de construção de uma memória histórica, sabendo de antemão que não existe apenas uma memória, mas tantas quantas forem os sujeitos coletivos que as produzem. E os meios de comunicação possuem o poder de reunir argumentos buscando consolidar algumas visões sobre a história, constituindo memória. Os próprios meios dizem estar agindo na formação do “senso comum” ou da “opinião pública”. Diante disso, propomos aqui estudar especificamente a forma pela qual a revista *Veja* tem, no período de consolidação do neoliberalismo brasileiro, tratado a temática da Ditadura.

Loff indicou que a memória que se reescreve sobre o fascismo vem de discursos ambíguos (2010). Exatamente isso encontramos em *Veja*: não abandona a ideia de que tenha havido uma ditadura no Brasil, não nega que tenha havido mortes e tortura. Mas, a violência aparece muitas vezes naturalizada, como algo comum e esperado em regimes de tal natureza. Segue uma lógica que dá a entender que as mortes eram compreensíveis diante das posições ideológicas dos militantes de esquerda assassinados. Caberia aos brasileiros saber o que podiam ou não fazer. E, em consonância com isso, a revista defende que é preciso esclarecer esse passado para “enterrá-lo”.

1. A forma da análise.

Poucas são as matérias frutos do esforço de reportagem inédita. Acompanha o ritmo da sociedade com relação à ditadura, tentando participar da definição de uma determinada forma de compreender os fatos, mas não se empenha em nenhuma campanha, seja pela abertura irrestrita dos acervos, muito menos pela culpabilização dos torturadores. Alguns argumentos de *Veja* são repetidos e articulados em torno de algumas ideias-chaves que vão reaparecendo, independente dos personagens que falam. Aqueles que recebem direito a voz são sempre eleitos pela própria revista, editados à sua maneira. Ao fim, a voz e a versão dos militares prevalece ao falar da Ditadura.

Vamos analisar 17 matérias, do período que vai de 1997 a 2009 (incluindo uma de 1985). As matérias foram agrupadas em algumas temáticas: a criação do personagem Geisel; documentos e Operação Condor; a palavra do torturador; a palavra de Figueiredo e os “pobres gerais”; Elio Gaspari, ex-diretor de *Veja* e sua

obra; a prova do mal: Araguaia; a ditabranda dos outros.

2. Construindo o personagem Geisel.

A ditadura brasileira mantinha uma “aparência democrática”, promovendo a substituição dos generais que ocupavam a Presidência da República. Diante disso, Veja elege um “ditador ideal”, como indica o título: “O ditador esclarecido: num livro excepcional, Geisel conta como viveu, amou, conspirou e exerceu o poder”. (Veja, 1997, p. 42. Grifei) O texto se utiliza de um livro³ para apresentar uma visão sobre Geisel, um ser humano “diferente” desde a infância, e que “diferiu de seus companheiros de ditadura militar. Ao contrário de Castello Branco, que se deixou levar pelos humores da tropa. Tinha um plano e o executou. Viciado em trabalho, achava Costa e Silva preguiçoso. Enquanto Médici era afável e obtuso, seu sucessor fez fama de irascível e culto. Geisel exerceu o poder com gosto, Figueiredo deixou que eele lhe escapasse. A diferença segue post-mortem”. (Idem)

A tese é de que Geisel foi o grande responsável pela abertura brasileira, muitas vezes endossada pela revista. Os demais ditadores são qualificados como incapazes, ao passo que “o mais silencioso deles deixou um precioso depoimento”. Há uma característica também presente nas distintas formas de “branqueamento” das ditaduras ibéricas (Loff, Rosas) que é a “humanização” dos ditadores, que também seriam “homens bons” ou “ruins” em alguns casos, mas que no fundo queriam o melhor para o país. A revista está propondo um lugar de leitura “Médici era afável”, portanto, qualquer arbitrariedade de seu governo deveria ser entendida como justificada, como a de um pai que castiga seus filhos.

Não são poupados elogios ao personagem Geisel: “é um livro extraordinário, feito por um homem cômico de ser diferente da maioria, que tem a coragem de atacar as eleições diretas e justificar a tortura em alguns casos”. A odisseia pessoal do biografado vai sendo traçada, um homem de família pobre, extremamente inteligente mas cheio de orgulho. Alguns trechos do livro são ressaltados, como a ojeriza aos pobres, tratados como ignorantes, incapazes até mesmo de votar.

Um aspecto muito importante é destacado, sua fala sobre tortura: “acho que a tortura, em certos

casos, torna-se necessária para obter confissões. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que o indivíduo é impelido a praticá-la para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior”. (Geisel, in Veja, 22/10/1997, p. 43) Há uma óbvia inversão da lógica da tortura. O torturador é mostrado como “impelido” a sua prática, em outras palavras, a culpa pela tortura é do torturado que poderia representar um mal maior ou que “pensou equivocadamente”. O fato de que os torturados pudessem ser detentores de outros projetos sociais não é mencionado pela revista, que fica apenas com a fala do ditador.

3. Documentos e Operação Condor.

No âmbito do debate social sobre a abertura dos arquivos da Ditadura, Veja publica uma matéria de três páginas com o título: “Histórias sem fim: revelações sobre a ditadura mostram que é preciso abrir todos os arquivos”. (Veja, 15/4/1998, p. 30). De início, a questão que se coloca é, se não houvessem essas declarações, não deveriam ser abertos os arquivos? Parece estar se desenhando na revista um papel, não explícito, que é o de se colocar como agente do processo de abertura dos arquivos, mas sem colocar na pauta a ditadura.

Sua matéria, já de princípio fala em “regime dos generais”, e não em ditadura. Mesmo sem negar o termo, os personagens principais de história que está contando são os militares. Esse regime seria ainda “um esqueleto no armário do país. Até hoje não se sabe exatamente o que aconteceu naquele tempo que ficou conhecido como 'os anos de chumbo'. Ainda existem brasileiros desaparecidos, cujos corpos não se sabe onde estão, se foram enterrados, queimados ou jogados ao mar”. A matéria versa sobre a abertura de um “baú” de documentos de um general que comandou o III Exército, Antonio Bandeira.

Segue, falando de documentos que estariam no Ministério da Justiça, divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo que “confirma como agentes da ditadura, movidos pela paranóia que se apossou dos militares naquele período, perseguiram maniacamente cidadãos respeitáveis [sic] e acima de suspeitas. Há fichas que classificam como 'comunistas' e 'nocivos à ordem pública' duas personalidades políticas opostas: dom Helder Camara, que falava pela

'ala esquerda' da Igreja, e dom Lucas Moreira Neves, religioso conservador que hoje dirige a CNBB". (1998, p. 30) Há aqui duas ideias importantes: a primeira, a de que haviam "cidadãos respeitáveis", fichados, o que nos permite supor que haviam cidadãos "não respeitáveis" que poderiam ser fichados. A segunda é a enunciação de uma tese que veríamos teorizada na obra de Elio Gaspari sobre a ditadura: de que havia uma "paranóia", fruto de "maníacos", que "anarquicamente" levavam adiante a máquina da tortura.

A matéria, voltando ao "baú de documentos" do general, dá voz à sua filha que segundo Veja "afirma que ele [seu pai] jamais participou de tortura e que isso era feito por oficiais de baixa patente. Eles queriam 'mostrar serviço'. O mito construído em torno da tortura como "desmandos" de homens de baixa patente vem à tona, embora a própria revista vá mostrar, logo em seguida, que não é sustentável. Mas há junto uma outra tese ecoada por Veja: "o general só faz uma ressalva. Acha que a abertura de arquivos tem de ser gradual 'para não despertar atitudes revanchistas.'" (32) Ou seja, é como se o objetivo das vítimas e familiares que exigem justiça fosse a vingança histórica.

Encerra ainda com uma avaliação importante, em que parece que a própria revista está chamando a atenção para a responsabilidade da ditadura. Falando das indenizações, diz: "ocorre que a maioria das famílias não está satisfeita com o valor. Quer saber o destino dos seus mortos. A humanidade não inventou o ritual fúnebre como um enfeite da dor, mas como um símbolo do fim da vida. Quem não pode enterrar seus mortos não passou por esse ritual de encerramento. É humano que desejem fazer o acerto de contas. É justo que esse acerto lhes seja concedido". (32). Apesar de falar em "regime de generais" e de jamais questionar o caráter de classe da ditadura, de ter sido beneficiada por ela, Veja se coloca como portadora desse "direito" que seria legítimo, mesmo que tenha apoiado sistematicamente a "caça ao terror" como fez durante os anos 1970, comemorando as prisões dos "terroristas". Não há aqui um acerto histórico dela com essa posição, até porque, do seu ponto de vista, é coerente: ela decide o que é justo ou não, e seu princípio liberal obriga a dizer que esse é um "direito justo".

Como estamos percebendo, Veja vai acompanhando acontecimentos. E com esse

sentido aparece a Operação Condor que vemos aparecer em 2000, falando da "cooperação das ditaduras militares que dominaram o Cone Sul no combate à oposição". (17/5/2000, p. 42). A falsa ideia de um combate explica a operação, como se houvesse uma "oposição" capaz de competir com o terror do Estado. A operação teria o objetivo de "combater seus opositores mais radicais". Portanto, legitima-se como se de uma guerra se tratasse e nesse momento ainda coloca em dúvida a sua existência efetiva, dando voz a militares: "as esquerdas se uniram e atuavam de forma internacional em nossos países. Então não deveríamos nos defender? Disse ao Jornal do Brasil o coronel da reserva Alberto Ponzi que chefiou a seção gaúcha do SNI entre 1975 e 1980". (43) Veja é enfática: "existem apenas evidências indiretas da participação oficial de altas patentes do governo brasileiro nessas operações clandestinas. Até porque o governo brasileiro começava naquela época o movimento da distensão política do general Ernesto Geisel" (Veja, 17/5/2000, p. 44. Grifei) A matéria não é investigativa, apenas menciona seletivamente algumas conclusões do livro de Nilson Cesar Mariano, *Operação Condor, Terrorismo de Estado no Cone Sul*. Na leitura de Veja, a culpa parece ser apenas de Pinochet, que aparece como "quem realmente parece ter se empenhado a fundo na Operação Condor". E mais ainda, ao mostrar documentos que apontam a participação dos Estados Unidos, a revista não se contém: "os documentos expostos revelam um país que, hoje um campeão dos direitos humanos [sic], atuava na época sem compromisso com a vida". (17/5/2000, p. 45) Dizer que os Estados Unidos são exemplo para os direitos humanos é, sem dúvida, uma mentira histórica.

Uma semana depois a revista volta à temática em matéria intitulada: "Nova história oficial". Aqui a Operação Condor aparece como "um desses fatos que voltam à superfície para incomodar muita gente que deles participou" (24/5/2000, p. 52) A revista reconhece que há documentos oficiais do governo brasileiro encontrados no Paraguai que "põem em xeque a ideia de que as ações da época se deram à margem do governo". Mesmo assim, insiste na tese: "Em 1975 quando a Operação Condor foi oficializada em Santiago, o Brasil já trilhava o caminho da distensão política iniciada pelo governo Geisel. Os documentos sobre a ditadura chilena tornados públicos no ano passado pelos Estados Unidos mostram que a atuação brasileira na articulação não foi central". A tese

da abertura brasileira prevalece, assim como do baixo envolvimento do Brasil, que é mesmo uma profissão de fé em virtude da tese. Não há por parte de Veja o cuidado de investigar o que está dizendo, embora seja compelida a noticiar. Interessante é que duas páginas depois lemos que “os arquivos de Assunção confirmam uma cooperação intensa e oficial. O Brasil atendeu a várias solicitações para descobrir o paradeiro de militantes de esquerda paraguaios e argentinos”. (24/5/2000, p. 54, Grifei) Poucas linhas depois a revista diz que “nao há registros desse intercâmbio macabro”. Há uma evidente tentativa de desmentir em palavras o que a notícia está trazendo, embora encerre dando palavra a um general que diz que não deve haver mais documentos, que devem ter sido “legalmente” incinerados. Assim, subentende-se que realmente, não há mais documentos e não há porque ir atrás deles. A palavra dos militares acaba prevalecendo, mesmo que em outros momentos volte a divulgar que novos documentos são encontrados.

4. A palavra do torturador.

Uma grande produção jornalística, capa da revista, veio com a manchete: “Eu torturei”. Diz o editorial que seu objetivo foi marcar os trinta anos do AI5, o ato que “selou o endurecimento do regime” e propunha “ajudar os leitores a entender um pouco mais um dos períodos mais conturbados e violentos da História recente brasileira”. (9/12/1998, p. 9)

A matéria, de fato, é importante, pois se trata de um relato talvez inédito até aquele momento na grande imprensa brasileira em que um torturador dá uma longa entrevista, que sai inclusive na capa da revista e onde expõe seus métodos e deixa claro que a tortura era uma política do regime. Resguarda que eles, os torturadores, concordavam com ela, pois se trataria de um combate a “um punhado de jovens radicais [que] entrou no delírio de derrubar o regime com a luta armada”. (Veja, 9/12/1998, p. 42) A revista tomou depoimentos de outros torturadores. Depois, ouve José Genoíno, “ex-guerrilheiro que passou pelo suplício da tortura”, que diz que “o depoimento é importante porque o país não pode ter medo do seu passado”. E para dar “voz ao outro lado”, Veja ouve também o ex-chefe do SNI, Newton Cruz, que diz que “um depoimento como esse só serve para fazer aflorar o ódio contra os militares e contra o Brasil”. E acrescenta a fala do general Benedito Leonel, ministro-chefe do Estado Maior das Forças

Armadas: “muitas coisas desse tipo ocorreram dos dois lados. Esse é um assunto que não pode ser tratado com maniqueísmo. Os dois lados têm seus pecados” (p.43). Portanto, parece não haver diferença, na fala do general, no fato de que o terror comandado pelas Forças Armadas tenha sido um terror de Estado, e portanto, com forças absolutamente desiguais. Essa é a fala reforçada por Veja.

A fala do principal torturador elencado na matéria apresenta uma coerência e defesa incontestes dos próprios atos. Ele é acusado de tortura, segundo apurado no livro *Brasil: Nunca Mais*, por Veja, por 22 presos políticos, o que “não significa que o ex-tenente, [apontado como o] primeiro colocado” tenha sido “o maior torturador do Brasil”. Isso porque, segundo o próprio, ele era um dos únicos que torturava a olhos vistos dos torturados, nunca escondendo sua identidade, o que certamente facilitou o reconhecimento de seu nome pelos torturados em detrimento de outros que se ocultaram. Segundo Veja, “as acusações de tortura não são necessariamente verdadeiras, mas, pelas circunstâncias em que apareceram, merecem crédito. Afinal, elas foram feitas por 1.843 esquerdistas [sic] enquanto estavam presos e sendo processados [sic] Ou seja: acusaram os agentes de repressão quando estavam dentro da gaiola dos próprios agentes” (idem). Em duas expressões Veja assume o discurso da ditadura: ao dizer que eles estavam sendo processados, o que não corresponde à verdade na maior parte dos casos, pois a tortura não vinha necessariamente acompanhada de processos; e ao usar a expressão “esquerdistas”, uma forma cheia de significados pejorativos de falar dos presos e lembrar que eles também tinham alguma “culpa”.

Mais do que debruçar-nos sobre a caracterização dos torturadores, buscamos visualizar como está sendo interpretada a Ditadura. Sem dúvidas a matéria revela a frieza e crueldades dos torturadores, que convivem com seu passado de forma tranquila, segundo a reportagem da revista. Citamos um parágrafo de Veja que reitera a posição dos grupos organizados pelos “direitos dos torturadores”:

Estima-se que, na vigência do AI-5, de 1968 a 1979, o embate entre os terroristas de esquerda e o terrorismo de Estado deixou 100 mortos no lado dos militares e mais de 400 mortos e 'desaparecidos políticos' na esquerda. Entre os militares

havia uma divisão. Uns defendiam a liberalização do regime e outros, os vitoriosos na hora, advogavam pelo endurecimento. Entre os que lutavam contra a ditadura, também existiam divisões. Havia os que faziam política – protestos, passeatas, greves – para denunciar, enfraquecer e desestabilizar o governo, e havia os terroristas, que optaram pela alternativa violenta, promovendo assaltos a banco, sequestros e organizando a luta armada. Nada disso, no entanto, justifica a tortura. (Veja, 9/12/1998, p. 43.)

Há uma variedade de ideias defendidas acima, inclusive contraditórias entre si. A falta de precisão conceitual é uma marca, pois permite, por exemplo, colocar entre aspas o termo “desaparecidos políticos”, sem explicar porquê. Afinal, as aspas jogam dúvida sobre o fato de que tenham de fato existido. Isso é contraditório com o uso da expressão “terrorismo de estado”, que de fato ocorria, mas não é um conceito aplicado às últimas consequências em Veja, que não “corrige” as falas dos generais que dizem que houve apenas terror de esquerda, por exemplo. Chama atenção a exteriorização da divisão entre os militares, que é de fato expressão de projetos sociais distintos que se confrontavam no interior da ditadura. Embora não coloque dessa forma, diga que era apenas uma disputa entre os militares, Veja tinha um lado bastante claro nesse processo, que era o que está aqui chamando de “liberalização”, pois apenas essa levaria à abertura econômica e ao fim do “estatismo” tão execrado pela revista em outros momentos. Mas não podia ser uma abertura imediata, tinha que ser uma abertura controlada, e por isso os elogios ao projeto de Geisel.

É preciso ressaltar ainda nessa matéria de Veja, no depoimento de Marcelo Paixão de Araujo aparece a consciência dos seus atos. Ele declarou ter optado pelas Forças Armadas porque “achava que [era] a única forma de consertar o país”. (Veja, 9/12/1998, p. 45). Ele, um homem que “vive em paz com seu passado”, aceita todas as acusações: “sim. Todos os depoimentos de presos que me acusam de tortura são verdadeiros”. Assim decorre a entrevista:

“o senhor fez isso cumprindo ordens ou achava que deveria fazê-lo? - Eu poderia alegar questões de consciência e não

participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a ideia de que era um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu fui forçado ou envolvido. Nada disso. Se deixássemos a VPR, Polop (*organizações terroristas* – sic) ou o que fosse tomar o poder ou entregá-lo a alguém, quem se aproveitaria disso seriam os comunistas. Não queríamos que o Brasil virasse o Chile de Salvador Allende. Nessa época eu tinha 21 anos, mas não era nenhum menino ingênuo (risos). O pau comia mesmo. Quem falar que não havia tortura é um idiota”.

Há, portanto, os dois lados da mesma posição: havia consciência do torturador, mas essa consciência certamente advinha de uma formação, para que o mesmo acreditasse no que estava dizendo, o que não é questionado pela revista. Ela apenas pergunta como aprendeu a torturar e ele responde: “vendo”, portanto dando mais provas de que a tortura era generalizada. Na fala do torturador há dados que mostram como ele identificava quem “tinha o que dizer” nas torturas: “inocente só era torturado quando o agente era muito cru, sem conhecimento algum da práxis marxista, ou quando era um sádico. É muito fácil identificar uma pessoa que não é de esquerda”. Portanto, não é demais lembrar, no discurso da ditadura, ter uma ideologia, ser marxista, era crime passível de tortura. E mais adiante o torturador diz que quando encontra atualmente pessoas torturadas por ele, sente-se no direito de fazer-se reconhecer por elas, e contactá-las diretamente: “Eventualmente, eu encontro ex presos meus, inclusive os que apanharam. E o relacionamento não é muito ruim, não. Não é aquele negócio de dar beijinhos e abraços. Mas é um relacionamento de respeito. (...) É meu esquema. Não deixo passar batido.” Mais uma vez não há comentários de Veja sobre essa absurda onipresença de um torturador que vinte anos depois segue lembrando às suas vítimas os seus atos de tortura. Os depoimentos certamente dão vazão a outras leituras, porque trazem outros elementos, inclusive outros torturadores entrevistados também repetem: que seus atos se justificavam para “caçar comunistas” e que os generais da ditadura sabiam muito bem do que se tratava a tortura e como era feita e organizada.

Mesmo que reconhecamos a importância da matéria, que oferece pistas e indícios para investigações, está claro que Veja escolhe aqueles aspectos que lhe interessam, e segue tendo uma postura coerente com aquela que tinha nos anos 1970 quando criou uma seção da sua revista chamada: “terror”. A separação entre manifestação permitida e proibida e a equiparação entre “terror de estado” e “terror de esquerda” por descabida que seja, aparecem em Veja de forma absolutamente natural.

5. A palavra de figueiredo e o ocaso dos generais.

Após a morte do último dos ditadores, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, Veja publica uma matéria de treze páginas sobre ele. Parte dela se origina de entrevistas feitas por um ex-fotógrafo de Veja que conseguiu, em momentos de informalidade, os depoimentos. Figueiredo aparece como um homem que “se empenhava valentemente pela abertura política, mas era capaz de dizer que preferia cheiro de cavalo ao de povo”. (Veja, 12/1/2000, 37) As características pessoais do ditador são o marco da matéria que fala de um homem rude capaz de indelicadezas e grosserias, um “presidente sem compostura verbal” (38), mas muito corajoso. No entanto, não tão corajoso como o grande ídolo da revista: “fica patente que ele não tinha disposição, como Geisel teve, para enfrentar as vísceras podres da linha-dura militar que estava metida com a tortura e o terrorismo”. (39). Há uma propositada confusão estabelecida. A fala se refere ao pouco caso de Figueiredo para apurar os responsáveis (militares) pelos atentados do Riocentro. No entanto, como pode a revista falar em coragem de Geisel em atacar a linha-dura quanto à tortura e o “terrorismo” se ela mesmo mostra à profusão que Geisel era favorável à tortura e também reprimiu ferrenhamente durante seu governo? Veja (e essa é uma postura editorial) parece defender Geisel mais do que ele próprio a si mesmo.

Depois de reproduzir a fala de Figueiredo dizendo que Médici “era afável”, dá a palavra a Figueiredo: “esse negócio de regime é pura bobagem. O que interessa mesmo são os homens que estão lá em cima, mandando. Ditadura pode ser coisa boa”. (Veja, 12/1/2000, p. 47) Segundo ele, durante seu governo “o pessoal da esquerda andava aprontando havia algum tempo. (...) Ai, eles passaram a exagerar nas ações de terrorismo. Não nos restou outra saída a não ser começar a repressão contra eles. Foi fogo” (48).

Não há, na matéria, explicação sobre ao que está se referindo. No entanto, é interessante o subtítulo colocado pela revista: “o terrorismo durante seu governo”, ou seja, uma justificativa para o endurecimento da ação repressiva da ditadura, uma outra vez ainda: se há esquerda organizada, não resta dúvida de que a resposta deve ser a repressão, mesmo que a esquerda não tivesse mais qualquer organização armada nesse momento.

Outra matéria é muito significativa dessa posição. O título diz muito: “o ocaso dos generais: eles fizeram e aconteceram. Para o bem e o mal. Agora só querem sossego”. (Veja, 15/12/1999). A sequência é seguida na matéria: “tiveram tudo”, para agrado de uns e descontentamento de outros, agora queriam ser deixados em paz. Segundo a matéria, os militares “tinham a ideia bem definida de transformar o Brasil numa potência capitalista do primeiro escalão, com influência política internacional. Não conseguiram. Eles imaginavam que seus dotes de quartel, como trabalho duro, objetividade, respeito hierárquico, pensamento lógico, hábito de planejamento, disciplina, espírito de corpo, os qualificariam como gerentes superiores. Erraram”. (Veja, 15/12/1999, p. 51) Assim, depois de elencar todos os elogios aos militares, segue a revista elogiando sua obra:

Quando a ditadura se encerrou, em 1985, o Brasil era um país diferente, mais rico, mais moderno, mas estava longe de ser potência política ou econômica. Não por culpa dos civis, mas dos gerentes militares, o país mergulhou a seguir numa de suas piores crises econômicas. Que durou dez anos e, por ironia, só começou a ser resolvida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, forçado ao exílio pela Revolução. (Veja, 15/12/99, p. 52)

O roteiro é simples, eles teriam modernizado o país, mas logo em seguida, o país enfrenta uma crise. De onde vem a crise, qual seu papel nessa crise, não se comenta, apenas se ressalta o “salvador da pátria”, Fernando Henrique Cardoso que foi eleito presidente com a mais forte campanha que Veja já fez a um candidato. E aqui Veja usa diretamente a expressão da própria ditadura, auto-intitulada Revolução. O discurso segue sendo ambíguo: “os generais tiveram muito tempo para pensar. Hoje quando se conversa com eles, o que se nota é frustração, entre outros sentimentos”, isso porque, “a

missão que se auto-atribuíram não foi cumprida. Talvez tenham percebido também que não são superiores em nada aos homens comuns”. (Veja, 15/12/1999, p. 52) Ao dizer que suas ações foram fruto de uma “missão”, reitera o caráter supostamente bem-intencionado. Esses homens “não comuns” estavam isolados: “em parte justificado pelo fato de que a Revolução [sic] não é bem-vista pela maioria esmagadora dos brasileiros”. E, outra vez cita a conhecida frase de Figueiredo que teria dito que “quero que me esqueçam” quando saiu do governo, ao que Veja comenta: “por ironia, as pessoas estão mesmo esquecendo as coisas boas que o regime militar fez. Mas as coisas más continuam vivas. Fala-se do milagre econômico dos anos 70 como preparação da crise que viria, um prelúdio do desastre. Lembra-se dos mortos, torturados e desaparecidos”. Há, portanto, um desapontamento, afinal, o povo brasileiro precisaria, por esse argumento, lembrar-se de coisas boas. O regime aparece como algo que foi se deteriorando: “o último presidente, o general Figueiredo, uma pessoa carrancuda, mais chegada a cavalos de raça do que a livros, governou seis anos, numa época em que já não havia razão, ou sentido, para um governo militar”. (Veja, 15/12/99, p. 53) Ou seja, em algum momento o governo militar fez sentido para Veja. E daí pra diante vai falar das mazelas pessoais dos generais: “em vários sentidos, o sofrimento do ex-presidente comove. Figueiredo foi um bom oficial, nunca teve jeito para ditador, de certa forma é um homem modesto (...) Pôs fim à ditadura que ajudou a criar e saiu de cena”. (Veja, 15/12/99, p. 54) Mais uma vez, a personificação, a humanização serve como justificativa para seus atos, afinal, ele era, segundo a revista um homem sem “vocalização” para ditador, mesmo tendo sido um por seis anos. E para fechar, explica “foi só no ambiente de radicalização política da época de João Goulart que os militares mudaram a prática”, ou seja, outra vez, a radicalização é apresentada como justificativa para o golpe de direita.

6. Elio Gaspari, ex-diretor de Veja e sua obra.

Elio Gaspari é autor de uma obra que pretende colocar-se como novo marco da historiografia sobre a Ditadura militar no Brasil. Sendo um trabalho “jornalístico”, se exime de algumas responsabilidades que ao historiador seriam cobradas com rigor, especialmente a disponibilização de suas fontes para posterior averiguação pelos demais pesquisadores, permitindo inclusive que uma mesma fonte seja

interpretada de formas diversas. Outra característica aceita para sua obra por ser “jornalística” é o fato de ser cheia de relatos pessoais, sem interrogá-los criticamente. Sem dúvidas, a obra acaba se constituindo um marco, na medida em que traz informações que podem ser consideradas fortes indícios para que se avance no parco conhecimento que se tem sobre as formas de atuação da ditadura brasileira, especialmente dos militares. A obra assume papel importante no âmbito desse artigo porque a revista Veja trata-a de forma muito especial, dedicando-lhe várias páginas, e com isso fazendo propaganda de si mesmo, porque sempre ressalta o fato de que Gaspari foi editor-adjunto da revista. Nas memórias de Mario Sergio Conti (ex diretor de redação de Veja), Gaspari aparece como um jornalista desde sempre agraciado pela ditadura e amigo dos generais. Ou seja, sua postura era conhecida na redação da revista.

É portanto um marco muito importante para a revista o lançamento da obra de Elio Gaspari, com a publicação dos dois primeiros volumes, *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada*. Quando são lançados, há uma resenha de Roberto Pompeu de Toledo que não poupa elogios aos livros. O que nos interessa, uma vez mais, são os argumentos sobre o que foi a Ditadura. Parece-nos que Veja e Gaspari tem uma forte sintonia nessa interpretação. A tese que o autor recupera é a de que a Ditadura foi, de fato, um período de “anarquia”. O livro, segundo indica o título, entra “nas entranhas da ditadura”. É considerado um trabalho “monumental” que “reconstitui os anos de chumbo e desnuda a anarquia que caracterizava o regime”. (Veja, 27/1/2002) A ideia repetida é que “tratava-se de um regime em que, nas palavras de Gaspari, ‘conviveram esquizofrenicamente uma obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis’. O senso comum imagina uma ditadura como um regime monolítico, em que a disciplina é imperativa e a ordem e a organização o terreno em que se fecunda. O senso comum vai se surpreender (...)”. Assim, a resenha apresenta uma obra cheia de intrigas, vinganças e ousadia, como é mostrado o meio militar. Tudo isso serve para desenvolver a tese de que “a anarquia possibilitava a tortura. A tortura cevava e fortalecia a anarquia. A partir do governo Médici, elas viram uma única e mesma coisa”. A tortura não é negada, pelo contrário, ela está presente. No entanto, anarquicamente, como parte de “alta dramaturgia, num enredo de

personagens”, e não sujeitos históricos concretos. Mistura-se realidade e fantasia. Mostra-se que a tortura se generaliza e reforça que os agentes dessa máquina acabaram criando os esquadrões da morte e mantendo o crime organizado.

O mais relevante é que essa mesma ideia é usada para justificar o fim da ditadura, de porque “a dupla Geisel-Golbery decidiu por fim ao regime que havia ajudado a criar”. A resposta de Gaspari, segundo Toledo é que “o regime, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça”. Fica então a tese da bagunça, da “anarquia” e, mais importante ainda, de que foi desejo dos próprios ditadores acabar com a ditadura. Geisel e Golbery seriam, por fim, consolidados como os precursores da democracia brasileira. É importante ressaltar a proposta do autor da resenha, de enfatizar que a obra de Gaspari se dirige para o “senso comum”, ou seja, para a memória coletiva.

O terceiro livro da trilogia recebe cinco páginas de matéria em Veja. A manchete é assustadora: “Esse negócio de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser”. A frase vem acompanhada de uma grande foto de seu autor, Ernesto Geisel. Foi recuperada em depoimento que consta do livro de Gaspari *A Ditadura Derrotada*. Desde o início a matéria, assinada pelo editor de Veja Eurípedes Alcantara, deixa claro que “em sua brutalidade simples, essas palavras (...) não teriam força para demolir sozinhas a imagem deixada por Geisel”. (12/11/2003, p. 98.) E a frase em destaque a seguir é: “eu não abro mão do Ato 5. O Ato 5 é um cajado. Eu sou besta de abrir mão desse negócio?” Geisel em 1974, às vésperas de assumir o governo” (Veja, 12/11/2003, p. 102.) Ou seja, o texto de Veja é mais zeloso que o próprio general com relação ao suposto legado de sua obra. Segundo ele, “o penúltimo presidente militar passou à história como um governante austero, incontrastável, empenhado na abertura política, enfim, um inimigo dos extremismos”. A “história” da qual está falando o editor de Veja só pode ser a narrativa que ela mesmo tem tentado tecer para explicar o processo de transição brasileira. Essa explicação reitera várias vezes, como estamos vendo nesse artigo, que Geisel foi o responsável pela abertura política brasileira. Nunca falam de movimentos sociais e nas lutas do trabalhadores que foram decisivas para acabar com a ditadura.

No argumento de Veja, que como vimos está propondo criar um senso comum, Geisel e Golbery “tinham consciência de que os arranjos autoritários não podem se perpetuar – pelo menos os montados pela direita. Como se sabe, as ditaduras de esquerda não costumam ter data para acabar”. (12/11/2003, p. 99). A última frase sobre as supostas “ditaduras de esquerda” não encontram respaldo em qualquer outro dado da matéria, constam aqui como simples reafirmação ideológica de uma posição da revista. Para que Veja possa admitir que a ditadura de direita é sanguinária, (e não há como negar isso diante da manchete), ela diz, mobilizando no campo da imaginação uma informação alimentada por décadas, que a esquerda faria pior se fosse ela que estivesse no lugar da direita.

A defesa de Geisel conta também com a justificação de suas ações, dizendo que ele “procurava uma saída honrosa para a instituição que amava, o Exército”. Há ainda um recurso metodológico recorrente, que é trazer entrevistas ao pé da página, sem fazer qualquer comentário sobre elas. Quando se fala do extermínio, pura e simplesmente há um silêncio da revista: não justifica mas não rebate. Ainda publica falas de Geisel como: “eu sou um sujeito profundamente democrático. Toda minha vida fui. Eu sempre fui um homem muito simples, despido de coisas, e cansei de ir com minha mulher fazer compras na feira. Agora, não sou nenhum burro de amanhã fazer uma vasta abertura, fingir um democracia e depois ter que recuar dois, tres, quatro passos. Eu não vou recuar”. A fala do ditador sobre si mesmo nos lembra exatamente o que lemos na própria revista anteriormente: um homem humilde, simples, bem intencionado... E o que diz sobre ir “devagar” para não ter que recuar é exatamente o que estava defendendo Veja e segue defendendo como o “acerto de Geisel”. Segue nisso páginas adiante: “as pessoas bem informadas no período Geisel tinham o presidente como um aliado da redemocratização. Efetivamente, ele conduziu o regime nessa direção. Por essa razão, o conteúdo das gravações revleadas pelo livro é espantoso”. (12/11/2003, p. 100) Por pessoas bem informadas devemos entender pessoas que liam a Veja, que segue explicando o argumento: “Geisel e Golbery achavam preferível para o Brasil um regime de liberdades democráticas e respeito aos direitos humanos mais aparentado com o sistema inglês do voto indireto. Com graus variados de convicção, ambos sabiam que isso era impraticável nos trópicos. A revisão da

personalidade de Geisel que as revelações de A Ditadura Derrotada forçam não afeta o julgamento do curso da história que o general ajudou a traçar”. Usa como justificativa que uma “onda revisionista” estava mostrando que o presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln defendia a “superioridade da raça branca”, e mesmo assim, seguia sendo um “grande personagem histórico”. Percebemos aqui que a história aparece como algo autônomo, desvinculado da realidade social, pois o “curso da história”, assim como um fenômeno natural, teria já de tal forma moldado uma visão sobre Geisel que nada poderia mudar, mesmo ele reconhecendo-se genocida, na própria entrevista está destacado “é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio” (Gaspari citado por Veja). Mesmo assim, segundo a leitura de Veja, a figura de Geisel seria preservada como precursor da democracia.

Por fim, o último livro comentado por Veja é a *Ditadura Encurralada*, em texto de Roberto Pompeu Toledo. Retoma-se a tese que foi apresentada no primeiro livro, a de que tanto o início como o fim da Ditadura foram arquitetadas e controladas por Geisel e Golbery: “Geisel e Golbery do Couto e Silva, dois dos principais artífices do golpe de 1964, acabaram se tornando, igualmente, os dois principais artífices do desmonte da ditadura que se seguiu”. (Veja, 30/6/2004, p. 122). O próprio governo de Figueiredo parece não ter existido nem ter sido mais ditadura, parece um tempo que evaporou-se no ar, já que o ditador aparece “destroçado” na obra. (Veja, 30/6/2004, p. 123) e fica mais clara também a ideia que o regime combatia um “inimigo interno”, o “porão” controlado pela “tigrada” (torturadores) que estariam “encurralando” o presidente.

Esse “encurralamento” estaria levando ao aprofundamento da tese antes apresentada de “anarquia militar: tanto mais assanhada quanto o governo acenava com um projeto de ‘distensão’.” Assim, o governo é mostrado como vítima dos seus próprios companheiros de farda. Mais que isso, na resenha de Toledo, nesse volume de Gaspari, Geisel “retoma a condição de paladino da abertura e liquidante da tortura. O leitor tem a satisfação de acompanhar uma luta entre bons e maus, no interior do regime, em que vencem os bons”. (30/6/2004, p. 123). Está em construção um senso comum assentado no maniqueísmo, e que busca igualar torturadores e torturados, como se ambos

tivessem a mesma parcela de culpa como veremos logo a seguir. Além disso, busca confortar-se com a ideia de que havia alguns “bons” no regime.

7. A prova da maldade: Araguaia.

A cobertura da publicação de um livro sobre a guerrilha do Araguaia nos mostra em grande medida a forma como se dá a cobertura de Veja sobre a ditadura. Acompanha a produção e o movimento concreto da sociedade sobre a questão. Veja publicou resenhas que se transformam em matérias sobre todos os livros de Gaspari, agora se utiliza outro livro como base de sua matéria.⁴ A tônica é o elogio ao fato de que “*Operação Araguaia* é o primeiro livro sobre a guerrilha brasileira baseado em relatórios militares. Ele mostra um combate ainda mais violento do que se supunha”. (Veja, 13/4/2005). O título “Vietnã na Amazônia” não é retomado na matéria, porque isso implicaria em narrar a derrota de um império. E não é disso que se trata.

Segundo a matéria, a guerrilha teria adquirido uma “aura mítica da história recente do Brasil”. Isso porque “a esquerda radical costuma citá-la como exemplo de heroísmo em que militantes lutaram até o último homem, tendo o Exército sumido com os corpos de todos os que morreram em combate. Os militares, por seu turno, se orgulham de ter evitado a proliferação de grupos terroristas como os que durante tanto tempo infernizaram a vida de outras nações sul-americanas”. Assim posto, a sua ação é plenamente justificada. A matéria diz que muitos livros ficariam em “tom panfletário”, onde “os episódios são contados ao sabor da ideologia do autor. Não existe um relato oficial [sic] da supressão da guerrilha do Araguaia”. É como se um relato baseado na fala militar não fosse, efetivamente, oficial. Seu argumento segue separando de forma maniqueísta a realidade. Interessante o ato que o autor atribui à “esquerda radical”: tomar a guerrilha como ato de heroísmo de homens em luta. Podemos nos perguntar quem seria essa “esquerda radical”, porque parece que em Veja não pode haver esquerda sem adjetivá-la para poder afastar-se da ideia que a esquerda “radical” portaria. Com isso ela afasta seus leitores, que podem ser de “esquerda”, mas não “radicais” de terem até mesmo solidariedade com a luta dos que morreram. E não há qualquer palavra sobre a luta dos familiares dos envolvidos na guerrilha para retomar essa história, pois até hoje não se

sabe o que foi feito com os corpos. Quando se refere aos militares, o texto diz que eles se orgulham de ter evitado a proliferação de novas guerrilhas. Portanto, sem qualquer mediação, assume-se que era disso mesmo que se tratava. No final da matéria o argumento é retomado. Segundo o documento militar da “uma interrupção da Operação Majoara antes da destruição total do inimigo poderá possibilitar seu ressurgimento, ainda com maior vigor e experiência” (Veja, 13/4/2005, p. 116). O autor completa:

do ponto de vista estritamente estratégico, não se pode discordar da análise dos militares. As guerrilhas comunistas em outros pontos da América latina ressurgiram quando parecia que haviam sido totalmente desbaratadas. Não se pode esperar, também, que enfrentando guerrilheiros do Terceiro Mundo o Exército brasileiro pudesse agir como uma instituição militar do Primeiro Mundo. Mas tais circunstâncias incontornáveis não justificam a decisão de matar todos os inimigos e não fazer prisioneiros, como parece ter sido a determinação da terceira e decisiva fase do combate à insurgência comunista no Araguaia. (Idem)

A frase “Se as circunstâncias não justificam matar todos os inimigos”, pode explicar a morte de alguns, talvez como exemplo. Retoma-se uma ideia presente no discurso da ditadura militar que separa o movimento em de “primeiro” e de “terceiro” mundo, o que é evidentemente falsificador da realidade. Por esse argumento, a Escola das Américas, gerida pelos Estados Unidos que ensinava técnicas de tortura não seria então de Primeiro Mundo? A repressão promovida pelo Exército francês para destruir a Guerrilha na Argélia tampouco seria. Há um primarismo nesse discurso anticomunista que renega a ideologia mas que é ontologicamente ideológico. Nos lembra ainda o que diz Enzo Traverso, historiador italiano que estuda a memória do Holocausto. Ele escreve que há uma “elipse da memória do comunismo: a própria ideia de revolução é criminalizada, automaticamente remetida para a categoria do ‘comunismo’ e assim arquivada no capítulo ‘totalitarismo’ da história do século XX”. (Traverso, 2012, p. 120)

8. Ditabranda e como o Brasil “lida com a memória”.

Existe uma série de outras matérias em que Veja retoma a questão da ditadura. Não nos propomos aqui a analisar todas. É importante ressaltar a existência de matérias mais recentes que acabam apontando para o caráter internacional da repressão e das políticas de memória, e que são de alguma forma acompanhadas por Veja, sobretudo no seu site de notícias.

Nesse sentido, tem que acompanhar os acontecimentos dos países vizinhos, como no exemplo: “O Chile abre os porões: comando assume a responsabilidade do Exército nas barbáries da ditadura” (Veja, 17/11/2004, p. 140). Falando do Chile mostra que naquele país as Forças Armadas “assume a culpa da instituição nas violações de direitos humanos da ditadura”. E na Argentina “as Forças Armadas assumiram a responsabilidade institucional pelo desaparecimento de 30.000 argentinos”. Tudo isso para dizer que “o Brasil lida mal com a memória dos anos de chumbo”. Mas quem seria esse sujeito indefinido chamado Brasil não está claro.

A memória, em Veja, aparece de forma unívoca e homogênea. Dizer que “o Brasil lida mal com a memória da Ditadura” é insuficiente para dar conta do problema. Primeiro, porque a imprensa está cumprindo seu papel na recuperação dessa memória, de forma absolutamente parcial, como estamos lendo nesses textos de Veja, em que pese dizer que seu texto corresponde à “toda a história” passada. Trata-se da fundação de verdadeiras interpretações historiográficas que se apegam em relatos parciais e desqualificam as lutas reais daqueles momentos da Ditadura. Assim, a ditadura é mostrada como fruto do desejo de alguns poucos homens, e que eles foram vítimas dos seus iguais que acabaram “endurecendo” a repressão. A versão oficial de Geisel sobre a “abertura lenta, gradual e segura” não apenas é retomada como ganha força, buscando incrustar-se na memória. Toda vez que fala em Geisel relembra essa máxima, sem ater-se às suas arbitrariedades. Há, nos anos 1990/2000 uma denegação dos movimentos sociais concretos que efetivamente levaria ao fim da ditadura, sobretudo no governo Figueiredo, que levou à emergência do novo sindicalismo, milhares de greves e manifestações populares (Badaró, 1998). E nos anos 1980, levaria a uma verdadeira profusão de

organizações da classe trabalhadora (Almeida, 2011).

A recuperação histórica que Veja promove busca criar memória, o que seus intelectuais comumente chamam de “senso comum”. Elege publicações específicas, de seus próprios jornalistas ou mesmo dos próprios militares. Os trabalhos acadêmicos, as pesquisas que vem explicando o Terror do Estado não são utilizadas como referência, pelo contrário, são frequentemente desqualificadas como “esquerda radical – ideológica”.

Veja se coloca em coerência com seus princípios liberais quando defende o “direito ao corpo”, ao enterramento do corpo das vítimas. No entanto, cria uma interpretação que justifica a repressão, a tortura e por consequência, as mortes. Há uma desqualificação das próprias vítimas, seja igualando sua ação com a ação dos torturadores e assassinos, seja chamando-os de idealistas.

Para encerrar, voltemos ao problema da “Ditabranda”. Pesquisando no acervo virtual de Veja encontramos apenas duas referências à expressão ditabranda. Na primeira delas, em pleno contexto de contestação à ditadura no Chile, e de lutas sociais ferrenhas no Brasil, dá a palavra a Pinochet: “Meu governo não é uma ditadura, mas uma ditabranda. E, se for preciso, serei obrigado a tomar medidas mais drásticas”. (Veja, 11/9/1985, p. 62) Embora tenhamos visto Geisel esboçar esse mesmo argumento, quando disse que seu governo não era uma ditadura, mas que “poderia vir a ser se ele resolvesse endurecer”, esse termo não é reivindicado por Veja para explicar a ditadura brasileira.

Na segunda vez que o termo aparece, a revista simplesmente reproduz frases do debate iniciado na Folha de São Paulo em 2009 quando o jornal disse que no Brasil teria havido uma “Ditabranda”, em comparação com os mortos dos demais países do Conesul. Além disso, o editorial leva a crer que ditadura existiria de fato em governos de esquerda como em Cuba ou Venezuela. Veja não abre o debate, não comenta, mas coloca as frases na Seção Radar, com o sugestivo título de “Racha na esquerda” (Veja, 4/3/2009), como se fosse a esquerda que tivesse provocado a ditadura, uma vez mais.

Veja buscou construir no período de consolidação do neoliberalismo uma memória que não negou a existência da ditadura, mas deu ênfase à voz dos militares e a suas versões dos

fatos. Vimos em suas páginas depoimentos de generais, e de torturadores. Vemos a divulgação de obras editoriais que têm de formas diversas versado sobre a temática da Ditadura, o que nos indicou que Veja acompanhou o ritmo da sociedade, não esteve a frente, mas a seguiu quando lhe pareceu conveniente. Seu discurso foi muitas vezes ambíguo, insistindo na humanização dos ditadores, elegendo Ernesto Geisel como um grande modelo na medida em que teria sido, segundo ela, o grande arauto da abertura política. O fato de a própria revista mostrar que ele aprovou e apoiou a política de extermínio do terror de Estado não foi qualquer impeditivo para essa postura. A obra de Elio Gaspari foi a grande referência de Veja no período analisado, corroborando com a tese de que o regime foi uma “anarquia” e que acabou pelas mãos dos mesmos que o criaram por não saberem mais como mantê-lo, e não como fruto das lutas sociais concretas. Por fim, a esquerda, de forma genérica, aparece como a grande responsável pela ditadura. A sua existência teria justificado, e isso é dito várias vezes, a existência da ditadura, da repressão e mesmo da tortura, normalizada para aqueles que “tinham o que falar”. O discurso de Veja se mistura com o dos personagens que cria e repercute, os militares, se afastando totalmente de qualquer discurso de contestação.

Bibliografia

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino (2011). *Historia de uma década quase perdida*. Rio de Janeiro, Garamond.
- BADARÓ, Marcelo. (1998). *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura.
- CONTI, Mario Sergio. (1999). *Notícias do Planalto*. Companhia das Letras, São Paulo.
- CUESTA, Josefina. (2008) *La odisea de la memoria: historia de la memoria em España. Siglo XX*. Alianza, Madrid.
- FERNANDES, Florestan. (1994) *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. Hucitec, São Paulo.
- GARCIA, Alexandre. (1980) *João Presidente*. Artenova, Rio de Janeiro.
- LOFF, Manuel. (2010) *Coming to Terms with the Dictatorial Past in Portugal after 1974. Silence, Remembrance and ambiguity*. WOLFRUM, Edgar e SACHSE, H. C. *Diktaturen un ihre Überwindung*. Wallstein Verlag, Göttingen. (55-121)
- LOFF, Manuel. (2011). *Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da*

Revolução. História e Luta de Classes, n. 12, (11-16).

OLIVERO, Immaculada Cordero. (2010) “Lo que no debe ser”. La revolución portuguesa em la prensa española. In: LEMUS, Encarnación. (org, et all). O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978). Paço de Arcos, Pluma.

RAUTENBERG, Edina. A revista Veja e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968/1972). História e Luta de Classes, nº10, novembro de 2010, pp.44 a 50.

ROSAS, Fernando. (2010) Memória da violência e violência da memória. In: MADEIRA, João. (Coord.) Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política. 3a ed. Lisboa, A Esfera dos Livros.

SILVA, Carla Luciana. A revolução de abril na imprensa brasileira. In: VARELA, Raquel (Org.) Revolução ou transição: história e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa, Bertrand.

SILVA, Carla. (2010) VEJA: o indispensável partido neoliberal. Coleção Tempos Históricos. Cascavel, Edunioeste.

TEZINI, Juliana Caetano Vaccari. O movimento estudantil em 1977 e a atuação política da revista Veja. *Tempos Históricos*, Vol. 10, 1o semestre 2007. p. 171-205. Edunioeste, Cascavel.

TORRES, Carmen Castro. (2010) La prensa em la transición española. 1966-1978. Madrid, Alianza.

TRAVERSO, Enzo. (2012) O passado, modos de usar. Lisboa, Unipop.

MATÉRIAS DA REVISTA VEJA (EDITORA ABRIL, SÃO PAULO) CITADAS:

Veja. 11/9/1985, p. 62. Camisa-de-força.

Veja. 15/10/1997. Eurípedes Alcântara. O embaixador e o golpe.

Veja. 22/10/1997. O ditador esclarecido.

Veja. 15/4/1998. Juliana de Mari e Vladimir Netto. Uma história sem fim.

Veja. 9/12/1998. Andre Petry. “Eu torturei”; Porão iluminado; No porão da história.

Veja. 15/12/1999. Leonel Rocha. O ocaso dos generais.

Veja. 12/1/2000. Mortos não falam.

Veja. 24/5/2000. Consuelo Dieguez, e Lucila Soares. Nova história oficial.

Veja, 17/5/2000. Mauricio Cardoso. Ferida aberta.

Veja. 27/11/2002. Roberto Pompeu de Toledo. Nas entranhas da ditadura.

Veja. 12/11/2003. Eurípedes Alcântara. “Esse negócio de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser”.

Veja. 30/6/2004. Roberto Pompeu de Toledo. Regime em transe.

Veja. 17/11/2004. O Chile abre os porões.

Veja. 13/4/2005. João Gabriel de Lima. Vietnã na Selva.

Veja. 29/12/2007. Justiça que vem de Fora.

Veja. 12/11/2008. Sequestro oficial.

Veja. 4/3/2009. Radar. Racha na esquerda.

Notas.

¹Veja. Editora Abril, publicada ininterruptamente desde 1968. É a maior revista em circulação do país, com mais de um milhão de tiragem.

²(Editorial) Limites a Chavez. Folha de São Paulo, 27/2/2009.

³D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1997.

⁴Cabe chamar atenção para outra matéria, uma pequena resenha do livro “O sequestro dos uruguaios”, que é comentada porque envolveu o trabalho jornalístico de um então jornalista de Veja, que se orgulha: “uma demonstração vigorosa do melhor trabalho da imprensa livre: demonstrar as trapaças oficiais”. (Veja, 12/11/2008, p. 136)